

actualmente, como um dos autores mais relevantes no estudo aprofundado da condução dos grupos, incluindo também fundamentos da referida corrente humanista, existencial e ainda dos postulados de Kurt Lewin. Por outro lado, a sua visão, apesar de pressupor uma aplicação em grupos terapêuticos, segue princípios orientadores que têm também utilidade nos designados grupos de desenvolvimento e de encontro. Além disso, não são esquecidos os modelos cognitivo-comportamentais que, cada vez mais interessados numa intervenção mais prática e de âmbito grupal, apresentam técnicas diversificadas e orientadas para a acção e resolução de problemas do quotidiano, com grande utilidade (como auto-controlo e auto-eficácia).

A segunda parte termina com uma análise das intervenções em grupo, apresentando uma reflexão crítica da integração dos vários modelos teóricos, no sentido de preparar o leitor para a programação, condução e execução prática da intervenção grupal.

A terceira parte é da responsabilidade de diversos autores e constitui o corolário, numa vertente claramente prática, dos conteúdos abordados nas duas primeiras partes. Neste ponto, são, assim, descritos diferentes programas de aplicação em contextos de saúde, desenvolvidos pelos autores, apresentados de forma escrupulosa e obedecendo a uma estrutura geral que facilita a compreensão. Estes programas representam um precioso instrumento, na forma de manual prático, para os interessados pela intervenção psicológica em grupo. Adoptando este rigor, as propostas seguem uma sistematização estrutural que começa por um enquadramento teórico de cada intervenção, seguido da caracterização do grupo, onde se inclui a população-alvo, a duração do grupo e sua composição, descrição dos objectivos gerais da intervenção, planificação, avaliação geral e/ou das sessões e ainda uma lista de referencia bibliográfica utilizada em cada programa.

As propostas de programas de intervenção descritas, apesar de se reportarem a grupos muito específicos – grávidas toxicod dependentes, crianças diabéticas, doentes com esclerose múltipla, técnicos de saúde da unidade de cuidados intensivos, entre outros – pela forma rigorosa como são descritos, servem outros focos de intervenção em contextos de saúde, ou mesmo outras áreas, conforme proposto pelas autoras no início do livro.

Esta obra vem, de facto, contribuir para uma sistematização teórico-prática sobre o estudo da psicologia e dinâmica dos grupos, até aqui um pouco dispersa e/ou escassa na literatura científica portuguesa, e serve não só estudantes e aprendizes, mas igualmente os técnicos que procuram sistematizar e melhor aplicar os seus conhecimentos na intervenção psicológica em grupos.

Margarida Couto

Instituto Superior Miguel Torga

Patrick Wilckend. 2005. *O Império à Deriva: A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821*. Tradução António Costa. Lisboa: Civilização Editora. 328 pp. ISBN: 972-26-2252-8.

Em 2004, saía, no Reino Unido, o livro de Patrick Wilckend, *Empire Adrift: The Portuguese Court in Rio de Janeiro 1808-1821*, em edição da Bloomsbury Publishing PLC, que, desde logo, pareceu destinado a colher aceitação não só entre especialistas, como do público em geral. Se, por um lado, recolhia informação que apetecia uma reflexão que podia transcender as reflexões do autor, aclarando a visão do que fora a vida na agonizante Lisboa, quando da investida napoleónica, por outro lado, atraía um público mais vasto pelo estilo escorreito e, ao mesmo tempo, rigoroso do discurso, também pelas incursões na *petite histoire* em que não deixa de ser fértil.

Feito o balanço, registre-se que estamos perante uma obra que vale a pena frequentar, pois é uma via de conhecimento para a compreensão das passadas largas para a implantação do constitucionalismo em Portugal, e também para a independência do Brasil, factos em si mesmos indissociáveis.

Nos finais do século XVIII e primeiros anos da centúria seguinte, sectores da intelectualidade portuguesa, sob a égide do magistério maçónico, ansiavam pela modernização do estado, pelo indispensável salto cultural em alinhamento com as mais cultas nações europeias, ainda que para tanto fosse necessário trilhar os caminhos da revolução.

A vida política e económica portuguesa foi, então, marcada, em diferentes momentos e por diferenciadas razões, pelo

francesismo de António de Araújo de Azevedo (Conde da Barca) e pelo inglesismo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Conde de Linhares). O primeiro foi, até 1807, o chefe virtual dos afrancesados, que, por sua mediação, chegaram ao poder em 1804 e aí se mantiveram nos anos seguintes, o que corresponde à perda de influência de Sousa Coutinho, um estadista de inegável visão iluminista, porém, horrorizado com a revolução de França.

Não cabe nesta resenha analisarmos o que foram as movimentações em torno da neutralidade portuguesa, envolvendo as duas facções, fosse num tempo para não pôr em evidência o domínio da linha inglesa, fosse em outro para trazer a primeiro plano a linha francesa.

Este caldo de cultura ideológica e consequências governativas excediam, certamente, a compreensão da Corte, mas Portugal não tardaria a estar confrontado com a iminência de uma invasão e com o programado retalhar do seu território entre França e Espanha, pelo Tratado de Fontainebleau, três faixas a seccioná-lo, a do norte, chamada *Lusitânia Setentrional*, para a casa de Etrúria, a do meio para os franceses, e o Algarve para o ministro espanhol Godoy. (Para que se possa compreender este período é incontornável frequentar Silva Dias, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, vol. I, tomo II).

Regressemos então à obra que nos propusemos recensar.

Quando as tropas francesas se aproximavam de Lisboa, corria o ano de 1807, o príncipe regente D. João, futuro D. João VI, empurrado pelo tropel dos acontecimentos, acabou por tomar uma decisão que não tinha precedentes na história da monarquia europeia. Embora o atormentasse a ideia de uma longa viagem por mar, anuiu a conselhos de alguns dos seus homens de confiança e assentou na transferência da Corte e do Governo para o Brasil. Com as tropas de Junot a duas léguas de Lisboa, urgia o tempo na proporção explosiva da histeria colectiva. Instalava-se e instilava-se o pânico. Entre a aflicção e a revolta, o povo da capital assiste às movimentações desordenadas de um total de 10.000 aristocratas, ministros, sacerdotes e criados a disputarem lugar a bordo de uma frota decrépita, de que os nomes de baptismo ressaltavam quais caricaturas.

Acoçados e sem ninguém capaz de impor regras no embarque, as caixas com a bi-

blioteca real ficaram esquecidas no porto, como no lamaçal da beira Tejo ficaram algumas preciosidades pertença de famílias em fuga.

A vida a bordo, miseranda e marcada pelos hábitos dos intérpretes, anulava até os limites do impensável as prosápias sociais. Sumia-se o pudor dos actos privados na voragem da sobrevivência. A promiscuidade impunha-se na vivência quotidiana, num convés apinhado onde era preciso encontrar uma nesga para descanso. Mesa e vômito, cama e latrina, não escapavam aos mais pudicos olhares. Era a paisagem de todos os navios, fosse o *Príncipe Real*, que abrigava D. João, a rainha louca e os dois filhos varões, D. Pedro e D. Miguel, fosse o *Afonso de Albuquerque*, onde se acomodava Carlota Joaquina e quatro das suas seis filhas; as outras duas, Maria Francisca e Isabel Maria, seguiam no *Rainha de Portugal*, ou nas outras embarcações onde se acomodava gente menos importante, escoltados até ao destino por quatro vasos de guerra britânicos.

Após tormentosa viagem transatlântica, toda aquela gente, do rei ao mais ignoto dos súbditos, pisou solo tropical carregada de imundície e cheia de piolhos, andrajosa e faminta, para incontidas manifestações de espanto, por parte dos súbditos da longínqua colónia do outro lado do Atlântico.

A representação do Poder, que, no imaginário das gentes, se densifica num aparato de luxo e símbolos reverenciais, pesasse embora os ventos de mudança que da França sopraram em todas as direcções, surgia aos olhos de senhores e escravos invertida num cortejo de maltrapilhos, as mulheres de cabeças rapadas por causa dos parasitas, roupas improvisadas nos panos de marear, um total desconforto que demoraria a reparar depois que se foram instalando nos improvisados paços.

Aos infelizes navegantes não só esperavam as vicissitudes da viagem. Um cenário talvez imaginável, mas não interiorizado os aguardava. Ter escravos num lugar distante do Novo Mundo donde apenas chegavam notícias não era o mesmo que ter de com eles partilhar o dia a dia. Embora a escravatura tivesse sido riscada da vivência quotidiana de Portugal em 1761, a verdade é que do outro lado do Atlântico, na vastíssima colónia, engrossava a escravidão ao ritmo de 20 mil negros por ano.

Surpresa das surpresas, para a Corte não

era fácil compagnar as instituições do império com o fervilhar de uma cidade superlotada de cativos, alguns dos quais tinham já assimilado os hábitos senhoriais e circulavam nas praças a ostentar jóias, a cabeça coberta por cartolas e a manipular a sua pitadinha de rapé.

Tal surpresa ou o medo levaram a que D. João e Carlota Joaquina, cada um a seu talento, pelos lugares onde passeavam, raramente juntos, libertassem escravos em plena rua, como não demorou a pródiga distribuição de títulos e demais prebendas.

No cumprimento das promessas feitas a quem protegera a retirada, os portos brasileiros foram abertos ao comércio dos interessados benfeitores.

É um adquirido para quem conhece este período da nossa história que a permanência da Corte em terras brasileiras, pelo natural desenvolvimento das instituições e, sobremaneira, pelas novas relações comerciais, tudo conjugado, abriu portas à inevitável independência em 1822, quando Portugal respirava já a primeira experiência constitucional.

Se, por um lado, a quebra de recursos decorrentes da perda do monopólio comercial acelerou a vertiginosa queda do rendimento per capita, a ocupação pelos invasores franceses e a não menos pesada presença dos ingleses e as guerras que se assolaram a metrópole, em concorrência com a falha de uma classe com formação e espírito empreendedor que abrisse o País aos benefícios da revolução tecnológica e industrial que grassava pela Europa, consolidaram as primícias de um período de estagnação do País. A desaceleração da economia tornou-se imparável e, em poucas décadas, transformou um país que, no início do século. XIX, se contava entre os mais ricos da Europa, num dos mais pobres.

Em Lisboa, desejava-se a *vinda da Corte pela vida de Corte*. Entretanto, D. João, em terras brasileiras, como já acontecera em Portugal (ele a viver em Mafra, ela em Lisboa) fazia por ignorar as extravagâncias de Carlota Joaquina, que escandalizava os que foram e os que estavam, dos desvarios carnavais à apresentação pública.

Em Dezembro de 1815, por inspiração de Talleyrand, nascia o Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves. Por todo o território, festejou-se a igualdade formal, 'a mais remota e obscura povoação se sentia

orgulhosa do privilégio que lhe permitia dirigir-se ao seu próprio soberano sob um título brasileiro em solo brasileiro'.

O congresso de Viena acendeu algumas luzes de esperança reparadora, porém insignificante, dos danos sofridos com as guerras, mas não podia contrariar os ventos da história. O Absolutismo tinha os dias contados. Carlota Joaquina respirava com dificuldade a atmosfera brasileira, tudo lhe era repugnante, a despeito das grandes transformações que se foram operando. Queria regressar à Europa. Uma revolução que jamais aceitaria impôs o regresso. Os deputados brasileiros que frequentaram Coimbra iam dizendo que nunca se vira uma mãe a mamar no filho. Em Lisboa, jurava-se e fazia-se jurar as bases da Constituição, natural emanção da arrancada militar de 24 de Agosto de 1820.

D. João jurava as bases e anunciava a partida para Lisboa, deixando atrás de si o filho D. Pedro, que governaria como regente. Generalizou-se o descontentamento e a desconfiança entre os brasileiros sobre o que viria nos porões do navio do regresso, 'a corte arrebanhava tudo o que de valor lhe passava pelas mãos, deixando atrás de si uma esteira de dívidas, contas e salários por pagar'.

A sorte estava lançada. 'A 7 de Setembro de 1822, D. Pedro arrancou as insígnias portuguesas do seu uniforme e atirou-as ao chão. Desembainhando a espada, proclamou: "Independência ou morte! Separámo-nos de Portugal" ', escreve Patrick Wilken.

Todo este percurso, que resumimos em saltos de prodígio, pode ser reconhecido na obra, que a todos os títulos se torna recomendável, ainda quando aqui e ali possa ser lida com prudente reserva.

José Henrique Dias

*Instituto Superior Miguel Torga /
Investigador do Centro de História da
Cultura da UNL*